

ELEIÇÕES MUNICIPAIS

Presidente participa de inauguração de duas obras da Via Dutra, em Guarulhos, mas governador Tarcísio, ex-ministro da gestão Bolsonaro, não comparece

Paulo Pinto/Agência Brasil



Em discurso ao lado de correligionário-candidato nas eleições municipais, o petista ironiza antecessor e é alvo de protestos de grevistas

Lula chama de “comício” evento em São Paulo

» VICTOR CORREIA

Ao lado do deputado federal Alencar Santana (PT-SP), pré-candidato à prefeitura de Guarulhos, na Grande São Paulo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou ontem da inauguração de duas obras da Via Dutra, no município. A rodovia é uma das principais do país, conectando o Rio de Janeiro à capital paulista. A cerimônia — que chegou a ser chamada de “comício do Lula” pelo próprio presidente — chamou atenção pela ausência do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, que participou do início das construções quando era ministro da Infraestrutura no governo Bolsonaro.

A solenidade marcou a entrega do trevo Jacu-Pêssego, no km 213 da Dutra, e a pista marginal no sentido São Paulo, entre os km 209 e 211, no trevo do Bonsucesso. O trecho fica em Guarulhos, na região metropolitana da capital paulista, e é essencial para escoar a produção local, especialmente das indústrias paulistas. “Ninguém vai ficar mais duas horas no trânsito para chegar em casa”, disse o presidente, na cerimônia em que participaram o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, e o ministro dos Transportes, Renan Filho, entre outras autoridades.

Lula destacou que as obras foram entregues nove meses antes

do previsto. Ao todo, o trecho inaugurado e outras melhorias na região somam investimento de R\$ 1,4 bilhão. A presença dele na inauguração, porém, causou um mal-estar na relação com o governo de Tarcísio. Segundo o Palácio do Planalto, o convite para a participação do governador foi feito três dias antes do ato, mas Tarcísio teria alegado ter outros compromissos.

O Planalto chegou a divulgar a solenidade com participação prevista de Tarcísio, mas atualizou o material depois. Aliados do governador criticaram o convite feito em cima da hora e veem na inauguração feita por Lula uma tentativa de colher o louros pela obra, iniciada no governo passado.

Revanchismo

Na sexta-feira, antes da inauguração, o governador divulgou em suas redes um vídeo reivindicando a autoria das obras e citando o ex-presidente Jair Bolsonaro. “Sinal que tudo o que planejamos lá atrás deu certo. Uma obra que acompanho bem de perto, desde a época de Ministério da Infraestrutura”, escreveu em sua conta no X (antigo Twitter), ao celebrar a conclusão da obra. “Batemos esse martelo lá na Bolsa de Valores em outubro de 2021, assinamos o contrato ao lado do presidente Jair Bolsonaro e acompanhamos sua execução

lá no canteiro de obras e, agora, está pronta!”, acrescentou.

Em seu discurso, Lula não mencionou Tarcísio, mas fez uma série de críticas a Bolsonaro. “Em apenas um ano, investimos mais em rodovias do que o governo passado em quatro anos”, alfinetou. O presidente também acenou a Alencar Santana, que deve disputar a prefeitura de Guarulhos, e disse que o deputado insistiu para que Lula visitasse a cidade. Ele fez o mesmo na sexta, em Araraquara, quando chamou Edinho Silva — aliado de longa data — de o melhor prefeito do Brasil. Edinho não pode concorrer à reeleição por estar em seu segundo mandato, mas visa emplacar um sucessor do PT. O presidente também disse que já fez muitos comícios em Guarulhos para “eleger muitos prefeitos do PT”.

A menos de três meses do período legal para início da campanha, apesar do tom eleitoral, Lula evitou pedir votos, como fez na capital paulista com o deputado federal Guilherme Boulos (PSOL-SP), também pré-candidato. É que o deslize com Boulos rendeu um pedido de multa de R\$ 25 mil para Lula pelo Ministério Público Eleitoral por campanha antecipada. Pela legislação, só é permitido fazer campanha a partir de 16 de agosto.

Protestos

Em meio ao ato, Lula

enfrentou protestos de um grupo de servidores federais da educação, que estão em greve por recomposição salarial e reclamação da postura do governo nas negociações. Muitos deles levantaram faixas. O presidente reagiu, defendendo que manifestar é um direito e alfinetou o governo anterior. “Há pouco tempo, os estudantes não podiam se manifestar. Os professores não podiam reivindicar” disse o petista.

No entanto, o chefe do Executivo reagiu à paralisação dos servidores da educação. A greve da categoria já dura 40 dias. Os trabalhadores reclamam que falta disposição do governo para negociar, pois a gestão apresentou sua “proposta final” na semana passada, com reajuste médio de 9% para o ano que vem e de até 5% para 2026, além de aumentos nos benefícios.

“Estou vendo alguns companheiros levantando cartazes ali para mim: “nós estamos de greve”. Que bom que vocês podem vir no comício do Lula e levantar um cartaz. Que maravilha é garantir o direito democrático de as pessoas lutarem, reivindicarem e chegarem a um acordo no momento correto”, afirmou ele. “Pouco tempo atrás, os estudantes não podiam se manifestar. Os professores não podiam reivindicar. Os reitores não podiam reclamar, e o governo não estava disposto a negociar”, emendou.

Solidariedade aos gaúchos e palestinos

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



Vista aérea de um pátio totalmente alagado na área central de Porto Alegre, a capital do RS

Ao inaugurar obras da Via Dutra em Guarulhos, São Paulo, ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu solidariedade para o Rio Grande do Sul e a população da Faixa de Gaza. A reação dele ocorre no momento em que o rio Guaíba volta a aumentar de volume e a cidade de Rafah, ocupada majoritariamente por palestinos, foi bombardeada.

“Quero terminar pedindo para vocês uma salva de palmas para o povo do Rio Grande do Sul, que são verdadeiros heróis sobrevivendo naquela catástrofe climática que aconteceu”, afirmou Lula, que admitiu ter ficado “nervoso” ao ver o preço do arroz no supermercado. Segundo ele, por essa razão autorizou a importação do produto, após enchentes prejudicarem boa parte da safra e o transporte da parcela já colhida.

O governo determinou a importação de um milhão de toneladas do alimento, zerar o imposto de importação e liberar R\$ 6,7 bilhões em crédito extraordinário para comprar arroz no exterior.

“Arroz e feijão são uma coisa que nós, brasileiros, não queremos abrir mão. Por isso, ele tem que estar no preço que o povo

mais humilde, trabalhador, possa comprar. Por esse motivo tomamos a decisão de importar um milhão de toneladas de arroz, para que a gente possa equilibrar o preço do arroz nesse país”, reagiu.

Mulheres e crianças

O presidente reiterou as críticas às ações do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, que insiste em manter as operações

militares, apesar de a Corte Internacional de Justiça recomendar a suspensão das ações (ver página 11). “Quero pedir uma solidariedade às mulheres e crianças que estão morrendo na Palestina por irresponsabilidade do governo de Israel, que continua matando mulheres e crianças”, ressaltou. “A gente não pode se calar diante das aberrações.”

Lula não mencionou a morte do brasileiro Michel Nisembaum, de 59 anos, refém do Hamas. Mas

nas redes sociais, anteontem, ele reagiu. “Soube, com imensa tristeza, da morte de Michel Nisembaum, brasileiro mantido refém pelo Hamas. Conheci sua irmã e filha e sei do amor imenso que sua família tinha por ele”, escreveu ele, na conta no X (antigo Twitter). “Seguiremos engajados nos esforços para que todos os reféns sejam libertados, para que tenhamos um cessar-fogo e a paz para os povos de Israel e da Palestina”, frisou. (V.C.)

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Não há anjos na política, nem mesmo no Supremo

Quarto presidente norte-americano, James Madison (1809-1817), que teve um papel fundamental na elaboração da Constituição e da Declaração de Direitos dos Estados Unidos, com Alexandre Hamilton e John Jay, nos ensaios de O Federalista, a publicação do final do século XVIII, que se tornou um clássico da ciência política. “Se os homens fossem anjos, não seria necessário haver governos”, resumiu (O Federalista nº 51), ao se referir aos políticos de um modo geral. A citação é oportuna porque estamos diante de polêmicas decisões monocráticas de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), que parecem mais pautadas pelo jogo político e grandes interesses econômicos do que pela legislação vigente.

Madison dedicou especial atenção à necessidade de controlar os detentores do poder porque os homens não são governados por anjos, mas por outros homens: “Ao constituir-se um governo — integrado por homens que terão autoridade sobre outros homens, a grande dificuldade em que se deve habilitar primeiro o governante a controlar o governado e, depois, obrigá-lo a controlar-se a si mesmo”. Acrescentou: “Não se pode negar que o poder é, por natureza, usurpador e que precisa ser eficazmente contido, a fim de que não ultrapasse os limites que lhe foram fixados” (O Federalista, nº 48).

Foi com esse objetivo que outro federalista Alexander Hamilton elaborou os seis capítulos (78 a 83) de O Federalista, nos quais defende a independência do Poder Judiciário e trata de três questões: a escolha dos juízes, seus mandatos e divisão de competências com os demais poderes. Defendeu a nomeação dos magistrados pelo presidente da República, mas com supervisão do Senado, para que houvesse controle recíproco do Executivo e do Judiciário. Na Convenção Constituinte, uma ala conservadora resistia à ideia de que a Suprema Corte pudesse dar a última palavra em questões constitucionais e resolução de conflitos.

Sem peias, Hamilton disse que o facciosismo político envenenaria as fontes da Justiça, sendo desaconselhável subordinar o Judiciário ao Legislativo, impregnado de política e luta entre os partidos. Temia-se que o poder de dar a palavra final sobre a Constituição à Suprema Corte poderia transformá-la num instrumento de tirania, uma vez que não havia limitação de mandato de seus integrantes. A tese de que a legitimidade popular deveria subordinar a magistratura, porém, foi rejeitada na Constituição de 1787, que vigora até hoje.

O Judiciário brasileiro é híbrido. Embora inspirada na Suprema Corte norte-americana, nossa legislação adota o direito romano-germânico (civil law), enquanto o sistema jurídico dos Estados Unidos é anglo-saxão (common law). O objetivo de garantir a justiça é o mesmo, porém, a abordagem e aplicação das leis são diferentes. No direito romano-germânico, as leis são codificadas. As decisões judiciais não têm o mesmo peso que no common law, no qual os juízes criam direito, ao tomar decisões com base na jurisprudência, que evolui ao longo do tempo. Esse sistema é baseado na ideia de que a lei deve evoluir de acordo com as circunstâncias e as necessidades da sociedade.

Liderança moral

No direito romano-germânico, as normas são hierarquizadas de acordo com sua fonte de origem, sendo a Constituição a norma fundamental e superior a todas as outras normas. Entretanto, aqui no Brasil, cresce a influência “americanista” na magistratura, embalada pela judicialização da política pelos partidos. O chamando “ativismo judicial” em grande parte decorre de um fator estrutural: o Supremo é instância de recurso e julga tudo, não apenas as inconstitucionalidades.

Montesquieu estabeleceu a teoria dos três Poderes com base na experiência de “governo misto” da Inglaterra, no qual a realeza, a nobreza e o povo são obrigados a cooperar em regime de liberdade, com a divisão em três funções básicas: a legislativa, a executiva e a judiciária. Nos Estados Unidos, o “governo misto” foi descartado pela própria Independência, o que gerou um impasse entre os constituintes. Grande parte da elite política local era aristocrática e escravocrata, como o próprio Madison.

Como garantir a liberdade do povo, refreando as ambições e interesses dos mais poderosos? Na monarquia, as ameaças à liberdade partiam do Executivo; no regime republicano, o poder se desequilibrava em favor do Legislativo. A solução encontrada pelos federalistas foi criar um regime bicameral, no qual o Senado conteria as ambições da Câmara. Ao mesmo tempo, reforçou-se o Judiciário. O mais fraco entre os poderes, a Suprema Corte, foi destituída de iniciativa política, porém, ganhou autonomia e o poder de interpretação final sobre o significado da Constituição.

Desde a proclamação da República, no Brasil, o papel do Judiciário foi neutralizado pelo Executivo ou usurpado pelos militares, com exceção de breves momentos de predomínio do Legislativo, como nas Constituintes de 1945 e de 1987 e nos 17 meses de regime parlamentarista do governo Jango (1961-1962). A Constituição de 1988 restituiu a autonomia do Judiciário.

A importância do Supremo como guardião do nosso Estado democrático de direito foi mais do que demonstrada durante o governo Jair Bolsonaro e, principalmente, na tentativa de destituir o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 8 de janeiro de 2023. Cabe à Corte, como instituição, exercer uma liderança moral perante a sociedade. Entretanto, sua atuação muitas vezes é polêmica, seja por causa do protagonismo político de alguns ministros, seja por decisões contraditórias e/ou incompreensíveis para a sociedade, a maioria monocráticas. Cabe à Corte conter o seu próprio poder.